



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO  
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

**TIPO DE AUDITORIA** : AUDITORIA DE GESTÃO  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**PROCESSO N°** : 02070.000773/2011-59  
**UNIDADE AUDITADA** : 443033 - INSTITUTO CHICO MENDES - SEDE  
**MUNICÍPIO - UF** : Brasília - DF  
**RELATÓRIO N°** : 201108720  
**UCI EXECUTORA** : SFC/DIAMB - Coordenação-Geral de Auditoria da Área do Meio Ambiente

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201108720, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo (a) INSTITUTO CHICO MENDES - SEDE.

## **I - INTRODUÇÃO**

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 09/05/2011 a 30/05/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

## **II – RESULTADOS DOS TRABALHOS**

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a não conformidade com o inteiro teor das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN-TCU-107/2010 e 110/2010, tendo sido adotadas, por ocasião dos trabalhos de auditoria conduzidos junto à Unidade, providências que estão tratadas em itens específicos deste relatório de auditoria.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

### **4.1 COMPOSIÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA**

No tocante à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, a unidade informou que os incorporou em 100% dos editais de 2010 para contratação de prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização. Com base nos processos analisados, verifica-se que as aquisições vêm ocorrendo em observância às boas práticas ambientais, não tendo sido identificada inconsistência.

Verificamos que na unidade ocorre a disposição de recipientes para resíduos com separação dos recicláveis. Não foi verificada por esta equipe a destinação destes resíduos, contudo foi informado pelo Instituto que a Coleta Seletiva Solidária foi instituída em 2009, tendo sido assinado Termo de Compromisso com a Cooperativa Popular de Coleta Seletiva de Produtos Recicláveis com Formação e Educação Ambiental – Coopativa–, publicado no D.O.U. de 23/12/2009. Informa ainda que vem sendo implementada com sucesso e conta com a adesão dos servidores e do pessoal da conservação.

Com base nas informações apresentadas pelo Instituto, junto à análise do processo referente ao contrato n.º 145/2010, identificamos que a unidade vem atendendo aos ditames da Portaria SLTI/MP nº 02, de 16/03/2010, no tocante às especificações padrão de bens de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Dessa forma o ICMBio demonstra ter preocupação com a gestão ambiental, em consonância com sua missão: proteger o patrimônio natural brasileiro e promover a conservação da biodiversidade.

#### 4.2 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

Citando o Relatório de Gestão da Entidade, relativo ao exercício 2010, “o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio –, Autarquia Federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, foi criado pela Lei 11.516, de 28/08/2007, com a finalidade de:

- I – Executar as ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais no que diz respeito à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;
- II – executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável, instituídas pela União;
- III – fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;
- IV – exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e
- V – promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidas, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde essas atividades sejam permitidas”.

Para o cumprimento dessas responsabilidades, segundo informações apresentadas naquele mesmo Relatório de Gestão, durante o exercício de 2010, em prosseguimento ao planejamento estratégico, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

“Foram 26 os objetivos escolhidos pelo ICMBio para constarem de seu Mapa Estratégico de curto prazo:

1. Conservar e promover as práticas e conhecimentos tradicionais associados ao uso sustentável da biodiversidade;
2. Compatibilizar o desenvolvimento local, regional e nacional com a conservação da biodiversidade;
3. Ampliar o conhecimento sobre a biodiversidade;
4. Aumentar representatividade e conectividade das áreas naturais protegidas nos biomas;
5. Reduzir o risco de extinção de espécies;
6. Envolver a sociedade na conservação da biodiversidade;
7. Garantir território e promover desenvolvimento socioambiental das comunidades tradicionais;
8. Estimular o desenvolvimento de pesquisas;
9. Ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços ofertados pelo Instituto;
10. Aprimorar procedimentos de criação;
11. Promover a consolidação territorial das UCs;
12. Consolidar o processo de autorização para licenciamento;
13. Dotar as UCs de instrumentos de gestão;
14. Assegurar a proteção e o monitoramento das UCs;
15. Implementar transversalmente as ações de conservação das espécies ameaçadas;
16. Desenvolver mecanismos uso das UCs com ênfase na geração de serviços e negócios;
17. Desenvolver capacidades para manejar os recursos naturais;
18. Aprimorar mecanismos para gestão compartilhada de UCs;
19. Consolidar a gestão participativa em todos os níveis;
20. Prover o Instituto de infraestrutura e serviços adequados;
21. Consolidar o modelo de gestão orientado para resultados;
22. Consolidar as políticas de formação continuada para os servidores e de gestão de pessoas do Instituto;
23. Estruturar e implementar sistemas de informações para assegurar a integração e disponibilização;
24. Fazer cumprir obrigação de compensação ambiental e aplicar os recursos da forma efetiva para o cumprimento da missão;
25. Incrementar o quadro de pessoal de forma a garantir a consolidação do Instituto;

26. Ampliar recursos orçamentários e financeiros e otimizar a sua utilização”.

Esses objetivos estratégicos são materializados em Programas e Ações, com metas físicas e financeiras monitoradas por meio do SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento –, que é o principal instrumento do Governo Federal para acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual – PPA.

Para a análise dos resultados quantitativos e qualitativos das 30 ações executadas pelo ICMBio, foram selecionadas as 13 relacionadas no quadro abaixo, ordenadas por percentual de realização da meta física. Foram considerados para a seleção, critérios de materialidade, relevância e criticidade.

<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta prevista</b>	<b>Meta realizada</b>	<b>%</b>
1332	6381 - Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais	Área regularizada	Hectare	5.000.000	1.777	0,04
0508	2976 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies da Flora	Espécie conservada	Unidade	350	5	1,43
0508	8408 - Implementação e Fortalecimento da Política Nacional da Biodiversidade	Projeto apoiado	Unidade	4	1	25,00
1332	2096 - Conservação e Manejo do Patrimônio Espeleológico	Patrimônio preservado	Unidade	14	5	35,71
0508	2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade	Projeto apoiado	Unidade	30	17	56,67
1332	2C88 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Mata Atlântica e Pampas	Ecossistema conservado	Unidade	86	60	69,77

1332	2C91 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Caatinga	Ecossistema conservado	Unidade	23	20	86,96
1332	2C89 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Cerrado e Pantanal	Ecossistema conservado	Unidade	43	38	88,37
1332	2C92 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Costeiro e Marinho	Ecossistema conservado	Unidade	42	38	90,48
0508	6007 - Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras	Espécie manejada	Unidade	3	3	100,00
1332	2C93 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Amazônico	Ecossistema conservado	Unidade	110	110	100,00
1332	8492 - Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas	Projeto apoiado	Unidade	22	23	104,55
0503	6074 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas	Área controlada	Hectare	589.101	83.160.717	14.116,55

Do exame do desempenho das ações selecionadas no SIGPLAN e no Relatório de Gestão, verificou-se que parte das ações apresentavam divergências acentuadas entre a meta física prevista e a realizada no exercício, enquanto outras, ao contrário, mostravam o atingimento exato da meta física prevista. Como evidenciado no quadro acima, há ações cujo desempenho ficou abaixo de 10% de execução da meta física prevista, caso das ações 6381 e 2976, ao passo que a meta física realizada na ação 6074, de aproximadamente 14.116%, é criticada pelo próprio gestor, à pág. 36 do Relatório de Gestão.

Ao se analisar cada uma dessas treze ações segundo as informações contidas no SIGPLAN e no Cadastro de Ações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), constatou-se que os parâmetros de grande parte das ações executadas pelo ICMBio apresentam baixa compatibilidade com as atividades efetivamente realizadas pelo Instituto, conforme declaradas no Relatório de Gestão, motivo pelo qual é mencionada a necessidade de revisão do PPA para o exercício 2011, considerando que a realidade institucional da Autarquia vem sofrendo constantes

alterações desde sua criação.

Dessa forma, conclui-se que não há como avaliar objetivamente o desempenho do Instituto, uma vez que os parâmetros no SIGPLAN não são adequados às atividades realizadas e os resultados apresentados no Relatório de Gestão ainda não estão vinculados a objetivos definidos por um instrumento formal de planejamento estratégico.

#### 4.3 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

Relativamente ao exercício 2010 manteve-se inalterada a inexistência de indicadores de desempenho de gestão, uma vez que apenas no transcurso daquele exercício foi dado início à segunda fase do planejamento estratégico, que se iniciou pela revisão do Mapa Estratégico elaborado em 2008.

De acordo com informações constantes à pág. 11 do relatório de gestão, foi desenvolvido um conjunto de 223 indicadores gerenciais a serem monitorados pelas diversas instâncias do Instituto, entre os quais 40 constituem indicadores estratégicos com monitoramento a ser feito pela Presidência do Instituto. Estes últimos encontram-se listados em tabela à pág. 98 do relatório de gestão.

O gestor menciona, ainda, que “o planejamento estratégico do ICMBio continuará em 2011, quando será feito o desdobramento dos indicadores e das metas de desempenho para as Unidades de Conservação, UAAFs, Centros de Pesquisa e Coordenações Regionais. Em razão disso, vários indicadores não puderam ter sua mensuração e cálculo iniciados em 2010”.

#### 4.4 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Relativamente às informações prestadas por meio do quadro A.9.1, do relatório de gestão, tendo em vista o grau de subjetividade que envolve as respostas aos quesitos, inclusive pelo fato de envolver vários atores nas rodadas internas para preenchimento do quadro, a abordagem adotada pela equipe de auditoria para acessar os resultados limitou-se a aspectos quantitativos/qualitativos das notas com as quais se auto-avaliou o gestor.

O gestor adotou o parâmetro “4” – “Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria” – em sessenta por cento dos quesitos e o parâmetro “5” – Totalmente válido: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ” – em trinta por cento dos quesitos.

Por meio desses resultados verifica-se que o gestor considera satisfatório o ambiente de controle interno, levando-se em conta os mecanismos disponíveis na estrutura do ICMBio ao longo do exercício 2010.

Não se pode ignorar, contudo que, a exemplo do que foi relatado em trabalhos referentes a exercícios anteriores, a inexistência de unidade de auditoria interna na estrutura regimental do Instituto eleva o grau de fragilidade em todas as áreas do ICMBio que na verdade demandam a constante avaliação dos controles internos existentes. Nesse aspecto o fato de o ICMBio continuar operando sem esse importante instrumento de controle interno – considerada nessa acepção, a unidade de auditoria interna –, essa equipe de auditoria considera que qualquer dos parâmetros utilizados pelo gestor nesse quadro de auto-avaliação deve ser sempre analisado com cautela.

Esse fato, inclusive, já foi objeto do item 1.5.2.2.2 do acórdão nº 6522/2009 – TCU – 2ª Câmara, com determinação ao MPOG para a modificação da estrutura do Instituto, com vistas a contemplar a criação de unidade de Auditoria Interna.

Com o fim de obter dados mais objetivos, a equipe de auditoria solicitou ao gestor informações concernentes às áreas de acompanhamento das ações de governo, de licitações e de recursos humanos.

Conforme esclarecimentos prestados pelo gestor, não existem, internamente ao Instituto, documentos/manuais que formalizem as atividades e procedimentos relacionados ao acompanhamento de programas e ações, sendo utilizados os manuais do próprio SIGPLAN.

As rotinas adotadas para atualização do SIGPlan são as diretrizes descritas no § 1º do artigo 3º da Portaria nº 01, de 08/05/2009, da Secretaria de Planejamento e Investimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo que a área responsável pelo acompanhamento e monitoramento do preenchimento do SIGPlan no ICMBio é a Coordenação de Planejamento – COPLAN –, vinculada à Diretoria de Planejamento, Administração e Logística – DIPLAN.

O gestor informou ainda que foram efetuadas adequações na última revisão do PPA 2008-2011, visando compatibilizar as ações orçamentárias com as reais atividades finalísticas desempenhadas pelo ICMBio, havendo a expectativa, por parte da Autarquia de que para o exercício de 2011 os produtos das ações reflitam corretamente as atividades desenvolvidas, sem a necessidade de adotar medidas corretivas nos casos de desvios de cumprimento de metas.

No que se refere à área de licitações, informou o gestor que a Coordenação de Administração conta com o suporte operacional do Setor de Licitação, o qual acompanha os andamentos de cada processo, independentemente da modalidade de licitação adotada, por meio de rotina interna de trabalho.

Quanto à existência de sistemática de acompanhamento das alterações na legislação pertinente, o gestor mencionou o acesso a informativos editados pelo TCU, e o acesso a sistemas informatizados, além da participação dos servidores em cursos de capacitação e de formação, tendo um dos fins o nivelamento do conhecimento e uniformização da linguagem institucional.

Questionado sobre a existência de rotinas instituídas para a realização de análise de mercado, o gestor esclareceu que utiliza do sistema SISRP/SICAF, o SISPP e o Comprasnet. Além de solicitar cotações às empresas via e-mail.

Diante da abrangência geográfica do ICMBio, foi questionado se a UJ possui política de planejamento e verificação de necessidades, de forma a evitar a realização de diferentes processos licitatórios, em datas próximas, para aquisição de produtos ou contratação de serviços/obras similares em modalidade inferior ao valor total das necessidades, tendo sido mencionado que o ICMBio possui 385 unidades organizacionais espalhadas por todo território nacional, fato que envolve grande complexidade no processo de planejamento de necessidades. O gestor esclareceu que a estratégia de planejamento administrativo é compartilhada pela sede com as suas Unidades Avançadas de Administração e Finanças – UAAFS –, atualmente em número de nove unidades. As UAAFs são responsáveis pelo atendimento de grupos de unidades, em que realizam constantes levantamentos das demandas de suprimento de meios das unidades, de forma a subsidiar os processos licitatórios.

Menciona ainda em sua resposta que o ICMBio realiza levantamentos de demandas em nível nacional, entre as unidades, além de estar em andamento a elaboração de um sistema de controle de demandas, não havendo documentos/manuais que formalizem as atividades e procedimentos relacionados à área de licitação no âmbito do ICMBio.

Já em relação à área de Recursos Humanos, quando questionado sobre a sistemática de acompanhamento das alterações na legislação pertinente à área, o gestor informou que o acompanhamento é feito por intermédio de acesso ao Sistema de Consulta de Legislação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – CONLEGIS.

Relativamente à segurança dos dados funcionais, como a forma de armazenamento, controle de acesso e atualizações cadastrais, o gestor informou que utiliza arquivos deslizantes para guarda das pastas funcionais – com controle de acesso – e que periodicamente é realizado recadastramento de servidores e pensionistas, com vistas a evitar pagamentos indevidos decorrentes da perda de direitos e de vantagens. Aliado a isso, os setores de aposentadoria e de qualidade de vida realizam acompanhamento dos servidores efetivos quanto à idade limite de permanência no serviço público.

Questionado sobre a prática de rodízio dos servidores/empregados responsáveis pelo processamento da folha de pagamento, com vistas a reduzir/eliminar possibilidades de fraudes, o



gestor mencionou a não adoção dessa medida em virtude do número escasso de servidores da área administrativa, mas que em virtude da sistemática adotada na folha de pagamento é possível identificar, corrigir e melhorar os seus processos.

Quanto a outro ponto bastante relevante, o gestor mencionou que existem rotinas para acompanhamento da situação dos servidores cedidos e requisitados, e que foi criado na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP – o setor de movimentação responsável pela instrução e acompanhamento dos processos de cessão, requisição, remoção, lotação e exercício dos servidores.

Finalmente, o gestor informou que em virtude da grande demanda na área de pessoal foi criado o Portal da CGGP no sítio <<http://www4.icmbio.gov.br/portal/>>, onde todos os servidores do ICMBio têm acesso a atividades, formulários e procedimentos da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas.

Diante das informações prestadas, considerando que a ausência ou a implementação insatisfatória de controles internos na UJ podem impactar negativamente os resultados de suas atividades, a conclusão a que se chega é pela necessidade do implemento de rotinas de controle nessas três áreas.

Quanto ao acompanhamento de programas e ações, verifica-se que existem fatores externos que causam impactos significativos, a exemplo da informação constante à fl. 29 do relatório de gestão, de que “o nível de execução orçamentária foi prejudicado pelo baixo limite de empenho disponibilizado para o Instituto em decorrência dos contingenciamentos sofridos no orçamento do exercício de 2010. Nos primeiros meses do ano, o contingenciamento chegou a quase 45% sobre o valor total da lei, o que levou o ICMBio a priorizar demandas contratuais básicas para o funcionamento das unidades”. Aliado a isso, a inexistência de rotinas internas formalizadas para a atualização do SIGPLAN, reduz a possibilidade de rastrear as atividades, o que permitiria melhor avaliação do cumprimento das atribuições funcionais/setoriais.

Em relação à área de licitações, o fato de não haver segregação de funções quanto à execução/acompanhamento dos processos administrativos licitatórios eleva o risco da ocorrência de falhas, uma vez que o gestor informou que as atividades de acompanhamento são realizadas pelo próprio Setor de Licitação.

Da avaliação feita sobre a área de recursos humanos, à exceção do aspecto da segurança dos dados funcionais, uma vez que o gestor mencionou os controles existentes, essa área encontra-se vulnerável à ocorrência de falhas em razão da escassez de servidores.

Essa escassez – mencionada como justificativa para que não esteja sendo realizado rodízio de servidores no processamento da folha de pagamento – por si só dificulta a realização de atividades de controle na estrutura do Instituto, de um modo geral.

Essa percepção decorre do fato de que desde a criação da Autarquia, a carência de pessoal vem sendo mencionada pelo gestor como fator de prejuízo até mesmo às atividades-fim do ICMBio.

#### 4.5 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Para a realização dos exames sobre a regularidade dos processos relativos a transferências voluntárias, foi realizada consulta ao sistema SIAFI, por meio da qual não foram identificados convênios firmados em 2010.

Constam dois convênios vigentes no exercício de 2010, firmados em 2009, cuja análise dos processos foi realizada durante os trabalhos de auditoria de gestão relativos ao exercício de 2009, sem a identificação de impropriedades e/ou irregularidades, conforme segue:

<b>Código de Identificação SICONV</b>	<b>Conveniente</b>	<b>Valor</b>	<b>Vigência</b>
726885	Prefeitura Municipal de Miracema/RJ	315.000,00	22/04/2011
726992	Ilha do Caju Eco-Desenvolvimento e Pesquisa – ICEP	105.000,00	30/06/2010

Foi informado pela unidade que como não houve repasses para os convênios, foi proposta a extinção dos mesmos, com arquivamento dos processos.

#### 4.6 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

Para a realização dos exames sobre a regularidade dos processos licitatórios, foi realizada consulta ao SIAFI, por meio da qual foi possível traçar o perfil das despesas por modalidade de licitação em 2010, conforme a tabela a seguir.

##### **Execução por modalidade de licitação e montante auditado**

<b>Tipo de aquisição de bens ou serviços</b>	<b>Valor no exercício (em R\$)</b>	<b>Percentual sobre o total</b>	<b>Montante analisado (em R\$)</b>	<b>Percentual dos recursos analisados</b>
--	------------------------------------	---------------------------------	------------------------------------	---

Dispensa	22.889.352,60	20%	9.603.856,46	42%
Inexigibilidade	4.778.081,24	4%	470.006,54	10%
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	87.752.408,87	76%	7.286.343,92	8%
<b>Total</b>	115.419.842,71	<b>100%</b>	17.360.206,92	<b>21%</b>

Fonte: SIAFI Gerencial e amostra selecionada

Verifica-se que o Pregão foi a modalidade predominante, em consonância ao estabelecido no Decreto n.º 5.504/2005, que determina em seu art. 1º, § 1º, a obrigatoriedade da utilização dessa modalidade para a aquisição de bens e serviços comuns. A partir daquela consulta, foram selecionados 9 (nove) processos para serem analisados pela equipe de auditoria. Tais processos representaram, em termos de recursos auditados, 21% (vinte e um por cento) do valor total pago no exercício.

As verificações seguintes tiveram como objetivo atestar se o objeto das licitações atende à real necessidade da Unidade, se foi adquirido tempestivamente e se foi aprovado por agente competente. Examinou-se, ainda, a consonância daquele objeto com a missão e as metas da Unidade, bem como com os objetivos das ações dos programas contidos no orçamento. Adicionalmente, foi verificado se as licitações foram enquadradas na modalidade correta e, para os casos de dispensa ou inexigibilidade, foram feitos exames adicionais quanto à fundamentação do enquadramento nesta categoria de aquisição.

Conforme sintetizado no quadro a seguir, o resultado das análises revela que, em relação aos pontos considerados nos exames, foram encontradas ressalvas quanto à contratação de empresa especializada para prestação, sob demanda, de serviços técnicos profissionais de engenharia e/ou arquitetura e projetos executivos complementares, com detalhamento em escalas adequadas para futura execução de obras de reforma em imóveis do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO –, em todo o território nacional.

Tal constatação foi observada no contrato n.º 96/2010 do ICMBio, Processo 02070.003457/2010-58.

Foi recomendado ao ICMBio o seguinte:

a) considerando que o Setor de Arquitetura desse Instituto já procedeu ao levantamento das demandas - conforme relação constante do Anexo I, do edital do Pregão n.º 23/2010 -, promova a elaboração de estudos para cada um daqueles serviços/obras, com detalhamento mínimo necessário à definição de elementos (ex. área a ser construída/reformada) que permitam caracterizar a melhor solução de projeto caso a caso; e

b) interrompa a execução do Contrato n.º 96/2010 e promova a realização de novo certame licitatório adequado aos preceitos da Lei n.º 8.666/93.

**Processos de compras e aquisições: resumo da amostra selecionada**

<b>Número da licitação</b>	<b>Contratada</b>	<b>Valor da licitação liquidado em 2010</b>	<b>Oportunidade e conveniência do motivo da licitação</b>	<b>Modalidade da licitação</b>	<b>Fundamentação da dispensa</b>	<b>Fundamentação da inexigibilidade</b>
Pregão n.º 03/2008	05.933.8610001-46	.208.208,02	Adequado	Dispensa	Adequado	Não se aplica
Pregão n.º 10/2010	10.565.981/0001-78	112.959,66	Adequado	Pregão	Não se aplica	Não se aplica
Pregão n.º 10/2010	02.282.245/0001-84	59.116,40	Adequado	Pregão	Não se aplica	Não se aplica
Pregão n.º 10/2010	09.134.888/0001-20	475.245,08	Adequado	Pregão	Não se aplica	Não se aplica
Pregão n.º 10/2010	05.938.992/0001-16	101.959,97	Adequado	Pregão	Não se aplica	Não se aplica
Pregão n.º 10/2010	10.405.110/0001-97	16.779,96	Adequado	Pregão	Não se aplica	Não se aplica

Pregão n° 35/2010	02.781.404/0001-95	101.600,00	Adequado	Pregão	Não se aplica	Não se aplica
Pregão n° 11/2010	00.635.189/0001-99	2.214.390,59	Adequado	Pregão	Não se aplica	Não se aplica
Adesão ao pregão MEC n.º 46/2009	03.470.727/0016-07	1.263.210,00	Adequado	Pregão	Não se aplica	Não se aplica
Adesão ao pregão MEC n.º 46/2009	16.701.716/0001-56	107.020,00	Adequado	Pregão	Não se aplica	Não se aplica
Adesão ao pregão MEC n.º 46/2009	04.104.117/0001-76	101.980,00	Adequado	Pregão	Não se aplica	Não se aplica
Pregão n° 23/2010	08.195.507/0001-50	50.000,00	Adequado	Pregão	Não se aplica	Não se aplica
Pregão n° 19/2010	09.627.040/0001-32	1.723.669,21	Adequado	Pregão	Não se aplica	Não se aplica
Tomada de Preços n° 04/2010	-	-	Adequado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

#### 4.7 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

Conforme consta em seu Relatório de Gestão 2010, o ICMBio possui em seu quadro 3.265 (três mil, duzentos e sessenta e cinco) servidores ativos, conforme demonstrado no quadro abaixo, que apresenta a seguinte posição em 31/12/2010:

#### Quadro de pessoal por tipo de vínculo: ICMBio 2010

Tipologia	2010
-----------	------

Servidores de carreira	1.990
Servidores com contratos temporários	842
Cargo em comissão	433

Fonte: Relatório de Gestão ICMBio – exercício 2010

Atualmente o ICMBio apresenta carência de servidores, notadamente na área meio. Essa carência vem sendo suprimida, em dissonância com o Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997, art. 1.º, § 2.º, com a contratação de empresas para fornecimento de mão-de-obra terceirizada.

Foi constatado que continua a situação observada na auditoria de gestão dos exercícios 2008 e 2009, onde os contratados indiretamente (terceirizados) executam atividades que já estariam previstas para carreiras abrangidas no plano de cargos da Autarquia (Lei n.º 10.410, de 11 de janeiro de 2002), neste caso, pelos técnicos administrativos e os técnicos ambientais.

Apesar dessa situação, o ICMBio informou que já está executando a adequação de seus contratos - firmados com as empresas fornecedoras de serviços dessa natureza - ao preconizado no Decreto n.º 2.271, de 1997. Para não haver prejuízos às atividades básicas da Unidade, urge a necessidade de realização de concurso público para a composição do quadro de servidores do ICMBio.

Em relação à análise da folha de pagamento do ICMBio, essa foi realizada tendo como base trilhas de auditoria de gestão de recursos humanos, disponibilizadas pela DPPCE.

As trilhas de auditoria constituem indícios de irregularidades nas folhas de pagamentos apurados com base em levantamentos e cruzamentos de informações do SIAPE. Das trilhas, foram extraídas as amostras, conforme a tabela a seguir:

**Demonstrativo da execução das trilhas de auditoria na folha de pagamentos do ICMBio**

Ocorrência	Quantidade de servidores identificados na trilha	Quantidade de servidores analisados (amostra)	Quantidade de servidores enquadrados na ocorrência (achados de auditoria)
------------	--	---	---

Servidores que percebem os adicionais de periculosidade e/ou insalubridade	80	7	0
Servidores que recebem auxílio-transporte em valor superior a R\$ 500,00	8	8	0
Servidores que estão percebendo o abono permanência	160	5	0
Servidores que aderiram ao PDV e reingressaram na administração pública e estão atualmente na condição de ativo permanente ou aposentados recebendo adicional por tempo de serviço.	1	1	0
Servidores cedidos ou requisitados	67	12	0
Servidores com idade igual ou superior a 70 anos ainda na situação de ativo permanente	1	1	0
Servidores/instituidores com ocorrência no SIAPE de aposentadoria com provento proporcional e estão percebendo provento integral	1	1	0
Servidores que percebem auxílio-alimentação com valores divergentes daqueles estabelecidos pelo MP	403	23	0
<b>Total</b>	<b>721</b>	<b>58</b>	<b>0</b>

#### 4.8 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

Em atendimento às constatações do relatório n.º 244128, relativo à auditoria de gestão do exercício de 2009, foi encaminhado pelo ICMBio o Plano de Providências, cujas informações atendem às recomendações exaradas pela Controladoria-Geral da União.

Com base nas informações encaminhadas por meio do Relatório de Gestão e dos trabalhos de acompanhamento realizado ao longo do exercício no âmbito da CGU, conclui-se que o gestor adotou providências suficientes para atendimento das determinações/recomendações expedidas pelo TCU, não sendo verificada nenhuma inconsistência.

Frise-se que há tratamento específico quanto ao atendimento do item 9.2.2 do Acórdão TCU nº 1025/2010 – Plenário –, por parte desta equipe de auditoria, no anexo deste relatório.

#### 4.9 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Não foi identificada a ocorrência de passivos sem a consequente previsão orçamentária de créditos ou de recursos na amostra analisada.

Frise-se, contudo, que a inexistência de Unidade de Auditoria Interna no Instituto eleva o grau de fragilidade em todas as áreas do ICMBio que demandem a constante avaliação dos controles internos existentes.

#### 4.10 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

A verificação da conformidade da inscrição de Restos a Pagar, foi realizada com base nos termos do artigo 35 do Decreto n.º 93.872/1996. O resultado da consulta feita ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI - indicou que as despesas inscritas pelo ICMBio em restos a pagar não-processados no encerramento do exercício totalizaram R\$ 30,48 milhões.

A partir desse resultado, procedeu-se à seleção dos elementos componentes da amostra selecionada com base no critério da materialidade –que representou 30,77% do total, conforme demonstrado no quadro abaixo.

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM 2010 (A)	RESTOS A PAGAR ANALISADOS (B)	PERCENTUAL ANALISADO (B)/(A)	PERCENTUAL DE RP COM INCONSISTÊNCIA
61.004.343,00	18.771.082,21	30,77	-

De acordo com documentação e informações encaminhadas pelo gestor por meio do Ofício nº 15/2011 - OUVIDORIA/ICMBio, de 25/05/2011, os casos analisados encontraram-se amparados pelos incisos I e II, do art. 35 do Dec. nº 93.872, quais sejam: I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida; e II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em curso a liquidação da despesa, ou seja, de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor.

#### 4.11 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

Não foi realizado chamamento público de convenientes –entre entidades privadas sem fins lucrativos –conforme o art. 5º do Decreto nº 6.170/2007, por parte do Instituto, para o exercício sob análise.



#### 4.12 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

Considerando os dados constantes das planilhas extraídas nos sistemas SIASG e SICONV e as informações apresentadas pela unidade, não foi verificada nenhuma inconsistência quanto aos registros dos contratos no SIASG. Não foram firmados convênios no exercício sob exame, contudo os dados referentes aos convênios firmados em 2009 e vigentes em 2010 foram atualizados no SICONV.

#### 4.13 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Da análise do item 8 do relatório de gestão do Instituto (pág. 59), verificou-se o não atendimento aos termos da Lei nº 8.730/93 por parte dos servidores do Instituto, tendo sido encaminhado documento à Ouvidoria, que acumula as funções de Corregedoria, contendo a relação de servidores inadimplentes, para a adoção de providências.

Após questionamento efetuado pela equipe de auditoria quanto aos resultados obtidos, o gestor informou a adoção de medidas complementares ao cumprimento do normativo para saneamento da falha.

#### 4.14 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

No tocante às informações apresentadas no Quadro A.11.3 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ –, foi identificado que os bens encontram-se com carga para as unidades do IBAMA. Dessa forma, a análise compõe o relatório de auditoria de gestão daquele Instituto.

Apesar de terem sido verificadas falhas na formatação do quadro supracitado, as informações apresentadas encontram-se em conformidade com aquelas cadastradas no SPIUNET, sendo que os dois casos de inconsistência identificados pela equipe de auditoria, relativos aos RIP-SPIUNET 0255.00587.500-5 e 0601.00148.500-7, foram corrigidos e o novo quadro será juntado ao Processo de Prestação de Contas do ICMBio.

#### 4.15 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

No início do exercício de 2010, ora em exame, não existia no ICMBio planejamento estratégico de TI, conforme informado pela unidade.

Nesse sentido foi expedida a Portaria ICMBio n.º 529, de 08/09/2009, designando para a Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação – CGATI – a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI –, ficando os servidores da Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI – responsáveis pela execução.

Foi assim criado o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicações do ICMBio, que é o responsável pela discussão, definição e priorização das ações do PDTI, aprovado em 24/05/2011, e disponibilizado a esta equipe de auditoria. Tal plano refere-se ao atendimento das

necessidades do Instituto para os anos de 2011, 2012 e 2013.

Outra atribuição a cargo da CGATI é a segurança da informação na unidade jurisdicionada, sendo responsável pela atualização e normatização da política de segurança da informação, cujo corpo técnico está lotado na CTI e é composto por 3 servidores efetivos, 1 servidor temporário e 20 terceirizados, conforme informado por meio do Ofício nº 524/2011-GP/ICMBio, de 24/05/2011. Dessa forma, observa-se que o percentual de terceirizados na composição dos recursos humanos de TI é elevado em relação ao total do corpo técnico de TI da unidade.

O desenvolvimento de soluções de TI para o Instituto é realizado externamente, por meio de empresas contratadas. De acordo com os dados apresentados, constam na carteira do Instituto dois sistemas: Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO; e Sistema de Gerenciamento de Documentos – SGDOC. Ressaltamos que a manutenção desses sistemas está a cargo de terceirizados.

No tocante à transferência de conhecimento para servidores da UJ, relativamente a produtos e serviços de TI terceirizados, foi informado que o ICMBio tem buscado na gestão do conhecimento, contemplar as abordagens que envolvem o processo, prevendo nos Termos de Referência para a área de TI a exigência de entrega de documentação referente a cada fase de desenvolvimento, para que além de acompanhamento ao projeto que está sendo implementado, seja estimulada a capacitação de servidores para se tornarem atores principais do processo.

Foi verificada, na análise do processo de contratação da empresa Confidere Informática e Serviços Ltda., a previsão de entrega da documentação técnica dos sistemas – item 5.3 do Termo de Referência –, corroborando com a explicação apresentada pela unidade.

#### 4.16 Conteúdo Específico

O ICMBio executa um Projeto financiado com recursos de origem externa e dois Projetos de Cooperação Técnica Internacional (CTI), sendo que ambos foram objeto de auditorias realizadas pela SFC, tendo sido examinadas suas execuções relativas ao exercício de 2010, conforme o quadro a seguir:

#### **ICMBio: Projetos financiados com recursos externos e CTI - 2010**

Projeto	Organismo Internacional	Relatório de Auditoria / Ordem de Serviço nº
PROBIO II: Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade	BIRD	201100889

BRA/08/023: Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental	PNUD	201100865
BRA/08/002: Gestão de Reservas Extrativistas Federais da Amazônia	PNUD	201100866

Fonte: Relatório de Gestão ICMBio e SFC/DIAMB

De acordo com informações levantadas quando da realização dos trabalhos de auditoria para emissão do relatório nº 201100889, o Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – PROBIO II tem por objetivo promover a integração da biodiversidade no nível nacional, com estratégias de planejamento e práticas dos principais setores públicos e privados, bem como consolidar e fortalecer a capacidade institucional de produzir e disseminar informações e conceitos relevantes sobre a biodiversidade.

Os componentes do Projeto são:

1. Implementar uma política nacional de biodiversidade e promover a integração da conservação da biodiversidade e do uso sustentável através de atividades piloto do setor público visando a apoiar partes interessadas em diferentes setores econômicos e em cada bioma brasileiro.
2. Incorporar a preservação e o uso sustentável da biodiversidade às principais estratégias e práticas de planejamento do setor privado através da criação de um fundo dentro do FUNBIO (Fundo de Oportunidades).
3. Promover a capacidade técnica, institucional e organizacional das instituições responsáveis pelo desenvolvimento e implementação das políticas de biodiversidade no País Membro, com base na criação de mecanismos de coordenação destas instituições e, ao mesmo tempo, aumentar a produção e a troca de informações sobre biodiversidade, para informar as decisões políticas e o planejamento do projeto em todos os setores.
4. Apoiar a implementação, supervisão, coordenação e administração efetivas do projeto. Os aportes de recursos previstos para o PROBIO II são: US\$ 22,000,000.00, provenientes do Acordo de Doação TF 91.515 (GEF); US\$ 52,500,000.00, de contrapartida local declaratória, do setor público; e US\$ 22,500,000.00, do setor privado. Totalizando US\$ 97,000,000.00 para execução das atividades programadas.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, na qualidade de beneficiário

do PROBIO II, executa atividades dentro dos componentes 1 e 3. Constatou-se que a execução operacional e financeiro a cargo do Instituto ficou abaixo daquela prevista no POA 2010, tendo em vista que foram executados apenas 25,03% dos recursos previstos: valor planejado (POA): R\$ 3.764.047,08; valor executado: R\$ 942.168,20. Deste valor, a quase totalidade foi para concessões de diárias e passagens aéreas.

Em relação ao Projeto Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental – BRA/08/023 –, conforme ponto 1.1.1.1 do relatório de auditoria nº 201100865, tem como objetivo geral promover o fortalecimento das Unidades de Conservação como instrumento de conservação e uso sustentável da biodiversidade. As tratativas para implementar o referido Projeto começaram em 2008, entretanto, somente em agosto de 2009 ocorreu a assinatura do PRODOC BRA/08/023, que fixou o orçamento total em US\$ 10,625,506.50, sendo US\$ 1,105,650.00 para o exercício sob análise.

O Projeto está dividido em 6 (seis) atividades:

- 1 – Unidades de Conservação Federais geridas;
- 2 - Organizações de populações tradicionais para o uso sustentável dos recursos naturais renováveis das Unidades de Conservação federais fortalecidas;
- 3 - Mecanismos de pesquisa e conservação da biodiversidade estabelecidos;
- 4 - Unidades de Conservação Federais protegidas;
- 5 - Turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade, desenvolvido; e
- 6 - Capacitação para o desenvolvimento das ações relacionadas às Unidades de Conservação federais promovida.

O Controle Interno verificou que, apesar de haver previsão orçamentária, no exercício de 2009 não foram executadas despesas e, em 2010, o Projeto desembolsou US\$ 576,500.52, o que representa 52,14% do orçamento previsto no Plano Anual de Trabalho. O quadro abaixo demonstra a execução financeira do Projeto até a data de 31/12/2010, com a recuperação de custos:

Ano	Recursos (US\$)			
	Orçado	Executado	Comprometido	Total
2009	5,889,376.50	-	-	-
2010	1,105,650.00	576,500.52	438,749.70	1,015,250.22

No que se refere aos aspectos de implementação das metas operacionais definidas no PRODOC, e no Plano de Trabalho Anual (PTA), exercício 2010, verifica-se que o Projeto tem atingido um bom nível de execução das atividades programadas, quando são considerados os recursos comprometidos. Entretanto, em relação ao período de vigência, agosto/2009 a julho/2012, nota-se que a execução está aquém do volume de gastos a serem dispendidos.

Segundo informação repassada pela Agência Executora Nacional, o relatório de Progresso está em fase de elaboração, o qual, tão logo esteja concluído, será encaminhado à CGU.

Quanto ao Projeto BRA/08/002, conforme mencionado no ponto 1.1.1.1 do relatório nº 201100866, esse projeto tem como objetivo principal contribuir para o planejamento e regularização fundiária na Amazônia, promover a gestão participativa e o fortalecimento institucional das organizações locais para o manejo e produção das unidades de conservação de uso sustentável. Para tanto, foi prevista a alocação de recursos da ordem de US\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil dólares norte-americanos), distribuídos por três anos de execução, de acordo com a seguinte previsão orçamentária constante no PRODOC original:

**Tabela 1 - Estimativa de gastos do Projeto**

Ano (exercício)	Valor (em US\$)
1 (2008)	1.959.066,00
2 (2009)	1.864.796,00
3 (2010)	1.876.138,00
Total	5.700.000,00

O Projeto é totalmente executado com recursos oriundos de doação do Reino da Noruega. Embora previsto no PRODOC para iniciar em 2008, o projeto teve suas primeiras despesas executadas apenas no exercício de 2009.

Durante o exercício, o Projeto executou despesas no valor de US\$ 1.168.219,50 (um milhão, cento e sessenta e oito mil, duzentos e dezenove dólares norte-americanos, cinquenta centavos), culminando com uma execução total de US\$ 1.929.524,92 (um milhão, novecentos e vinte e nove mil, quinhentos e vinte e quatro dólares norte-americanos, noventa e dois centavos) o que representa aproximadamente 34%(trinta e quatro por cento) do orçamento total do Projeto. A tabela

apresentada a seguir demonstra a execução financeira do Projeto até a data de 31/12/2010, incluída a recuperação de custos do PNUD e as perdas e ganhos realizados:

**Tabela 2 - Execução Financeira do Projeto (2009-2010)**

Ano (exercício)	Valor Anual (US\$)	Total Acumulado (US\$)
1 (2008)	0,00	0,00
2 (2009)	791.305,42	791.305,42
3(2010)	1.168.219,50	-
	Total	1.959.524,9

No que se refere aos aspectos de implementação das metas operacionais definidas no PRODOC, e no Plano de Trabalho Anual (PTA), verificamos que o Projeto tem atingido um bom nível de execução das atividades programadas, tomando como base as informações colhidas na sede do projeto, as quais foram objeto de verificação pela equipe de auditoria, com base na amostra selecionada.

Dentre as principais realizações do período, relaciona-se:

**Resultado 1.** Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira demarcadas e consolidadas.

Produto 1.1 – 05 Resex demarcadas.

Produto 1.2 – 10 Resex sinalizadas.

Produto 1.3 – 05 Resex com os processos de delimitação das áreas concluídas.

Produto 1.4 – Plano de ação para regularização fundiária elaborado, aprovado e implementado.

**Resultado 2.** Capacitação das comunidades locais para administração e desenvolvimento sustentável das Resex.

Produto 2.1 – 02 Conselhos Deliberativos criados.

Produto 2.2 – Cursos de capacitação em unidades de conservação realizados.

Produto 2.3 – Planos de Utilização estabelecidos para gestão de 05 Resex.

**Resultado 3.** Planos de Manejo e capacitação das comunidades locais para produção e desenvolvimento sustentável.

Produto 3.1 – 02 Planos de Manejo elaborados, validados e aprovados.

Produto 3.2 – Capacitação de representantes de 10 Resex para acessar as linhas de crédito existentes.

Produto 3.3 – 60 representantes de Resex capacitados em gestão financeira/administrativa.

Produto 3.4 – 02 Planos de negócios elaborados, validados e implementados com a participação das associações locais e de cooperativas de produção.

Produto 3.5 – 200 habitantes de Resex capacitados para a exploração de produtos não madeireiros.  
Produto 3.6 – 02 Resex com Arranjos Produtivos Locais implementados.  
Produto 3.7 – 05 Redes de produção, processamento e comercialização sustentável implementadas.  
Produto 3.8 – Ampliação da capacidade produção das Resex.

**Resultado 4.** Acompanhamento técnico e avaliação de desempenho do projeto.

Produto 4.1 – Atividades do projeto acompanhadas e avaliadas de forma participativa.

Em que pese a baixa execução físico-financeira, não foram constatadas deficiências quanto a qualidade ou a pertinência das atividades executadas pelo projeto.

Verificou-se ainda que o Relatório de Progresso contempla as informações administrativas determinadas pelo art. 24 da Portaria MRE nº 717/2006.

Durante a execução dos trabalhos de avaliação da gestão 2010, foi verificada necessidade de aprofundar as análises sobre repasses de recursos ao PNUD, identificados quando da realização da auditoria sobre o Projeto BRA/08/023 – Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental – no valor de R\$ 9.957.735,88. Esses repasses ocorreram em 31/12/2008, previamente à assinatura do Termo de Cooperação (PRODOC), que aconteceu apenas em 12/08/2009.

Tendo em vista que as contas do ICMBio relativas ao exercício 2008, foram julgadas por meio do acórdão nº 6522/2009 – TCU – 2ª Câmara, essa questão será objeto de tratamento específico com encaminhamento posterior dos resultados obtidos.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

### **III - CONCLUSÃO**

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Solicitação de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília/DF, 14 de julho de 2011.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**CERTIFICADO DE AUDITORIA**

**CERTIFICADO N°** : 201108720  
**UNIDADE AUDITADA** : 443033 - INSTITUTO CHICO MENDES - SEDE  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**PROCESSO N°** : 02070.000773/2011-59  
**MUNICÍPIO - UF** : Brasília - DF

1. Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10 da IN TCU n° 63/2010, praticados no período de **01/01/2010 a 31/12/2010**.
2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.
3. Em função dos exames realizados sobre o escopo selecionado, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas n° 201108720, proponho que o encaminhamento das contas dos responsáveis referidos no art. 10 da IN TCU n° 63/2010 seja pela **regularidade**.

Brasília/DF, 15 de julho de 2011

---

Milena Luz Barbosa

Coordenadora-Geral Auditoria Área Meio Ambiente





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO Nº : 201108720  
EXERCÍCIO : 2010  
PROCESSO Nº : 02070.000773/2011-59  
UNIDADE AUDITADA : 443033 - INSTITUTO CHICO MENDES - SEDE  
MUNICÍPIO - UF : Brasília - DF

1. Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresse, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.
2. Conforme evidenciado no relatório de gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio –, a consolidação territorial das Unidades de Conservação – UCs – pode ser mencionada como um dos maiores avanços alcançados durante o exercício em questão, uma vez que a segurança das áreas protegidas depende da propriedade das terras que compõem sua poligonal, definida durante o processo de criação. Ainda nesse sentido, foram firmados acordos em áreas de sobreposição de UCs com territórios quilombolas e com terras indígenas.
3. Em que pese não se ter vislumbrado falha que viesse a impactar diretamente a execução das políticas públicas a cargo da Autarquia na amostra analisada, a necessidade de se proceder à suspensão do contrato firmado para a elaboração de projetos de engenharia para reforma nas unidades do ICMBio em todo o país – em consequência de falha formal verificada – impacta negativamente área finalística do Instituto.
4. A inexistência de unidade de Auditoria Interna manteve-se como uma das mais relevantes causas para a elevação do risco de ocorrência de falhas ao longo do exercício, além de representar prejuízo às atividades de controle.
5. Da análise do plano de providências, verifica-se que o Instituto vem envidando esforços em prol do atendimento às recomendações emitidas pela Controladoria-Geral da União.
6. A inexistência de unidade de auditoria interna na estrutura regimental do ICMBio manteve elevado o grau de fragilidade em todas as áreas do Instituto que demandam a constante avaliação dos controles internos existentes. Consequentemente, no que se refere ao exercício de 2010, a

equipe de auditoria considera que qualquer dos parâmetros utilizados pelo gestor no quadro de autoavaliação deve ser sempre analisado com cautela, visto não haver na estrutura da Autarquia setor responsável por testar os controles internos existentes. Ressalto, contudo, que o Decreto n.º 7.515, de 8/7/2011, alterou a estrutura regimental do ICMBio, criando a unidade de Auditoria Interna.

7. Ainda fazendo menção ao relatório de gestão do ICMBio, pode-se destacar que a emissão de carteiras de fiscalização e de portes de arma, além da aquisição de equipamentos de segurança para os agentes de fiscalização do Instituto gera impactos positivos relevantes sobre as operações daquela Autarquia.

8. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 15 de julho de 2011

---

WAGNER ROSA DA SILVA

Diretor de Auditoria da Área de Infraestrutura